SINASEFE

ANO XXIX | N° 666 | 19/01/2026

TODAS AS EDIÇÕES AQUI

BOLETIM DO SINASEFE

Atividades da semana de 12 a 16 de janeiro

Confira os destaques da semana

PÁGINA 02 Convocatória para a 207ª PLENA

PÁGINA 03 14ª e 15ª reuniões da Direção Nacional

PÁGINA 02 Participação na reunião do Fonasefe

PÁGINA 03 Dedicação Exclusiva em risco: um problema que ultrapassa o Colégio Pedro II

PÁGINA 03 Assembleia dos servidores do IFB

Convocatória para a 207ª PLENA

O SINASEFE encaminhou para as bases a convocatória para a 207ª Plenária Nacional, que acontecerá em Brasília-DF nos dias 27 e 28 de fevereiro e 1º de março. Sua data e o formato presencial foram definidos no 37º CONSINASEFE, ocorrido no mês de dezembro do ano passado no Rio de Janeiro-RJ.

O principal ponto de pauta desta PLENA será, sem dúvida, a discussão sobre a deflagração ou não de uma nova greve, tendo em vista o não cumprimento total dos Termos de Acordo assinados em 2024.

Também serão discutidos pontos importantes para organização de nossa luta sindical ao longo de 2026. Por isso, será de suma importância a participação de todas as seções sindicais.

14ª e 15ª reuniões da Direção Nacional

Foram convocadas as duas próximas reuniões da Direção Nacional (DN) do biênio 2024-2026.

No dia 31 de janeiro, das 9 às 12 horas, acontecerá a 14ª reunião da DN, em formato virtual. Essa reunião terá como foco principal a análise de conjuntura, a avaliação do 37º CONSINASEFE (ocorrido em dezembro de 2025) e a discussão sobre o indicativo de greve aprovado no Congresso.

A 15ª reunião da DN será presencial e acontecerá nos dias 26 e 27 de fevereiro, no auditório da Fenajufe, em Brasília-DF, e terá como foco principal a análise de conjuntura, do andamento das negociações com o Governo Federal e também o planejamento das atividades do sindicato para 2026.

Participação na reunião do Fonasefe

Na última sexta-feira (16/01), Flávia Cândida (coordenadora geral) representou o SINASEFE na reunião ordinária do Fonasefe.

Nesta reunião foram discutidas formas de enfrentamento ao avanço da Reforma Administrativa (PEC 38/2025), a importância da regulamentação do uso de inteligência artificial (IA) e o perigo da sua utilização nas eleições de 2026.

Entre outros pontos, foi aprovada a publicação de uma Nota de Repúdio do Fonasefe ao ataque perpetrado por parlamentares da extrema-direita de São Paulo à sede da Apeoesp, ocorrido em 14 de janeiro.

Dedicação Exclusiva em risco: um problema que ultrapassa o Colégio Pedro II

A base do SINASEFE precisa estar atenta a um problema que não se restringe ao Colégio Pedro II, mas que tem se manifestado de forma recorrente em diferentes instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

No caso do Colégio Pedro II, o concurso público regido pelo Edital nº 30/2022 não previu a possibilidade de ingresso no regime de Dedicação Exclusiva (DE). Como consequência, 161 docentes ingressaram na Instituição sem acesso a esse regime, previsto na Lei nº 12772/2012 como parte estruturante da carreira do Magistério Federal. Atualmente, cerca de 70 docentes permanecem em uma fila de espera para a concessão da DE.

A Reitoria do Colégio Pedro II reconhece o problema, mas afirma que a concessão da Dedicação Exclusiva depende da ampliação do Banco de Professor Equivalente (BPE), cuja autorização é de competência do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Com esse objetivo, a Reitoria encaminhou o Ofício nº 235/2025 solicitando a expansão do BPE, sem que, até o momento, tenha havido resposta.

É fundamental destacar que essa situação não é exclusiva do Colégio Pedro II. Em outras unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, têm sido relatados problemas semelhantes: concursos, nomeações e expansões institucionais que não são acompanhados da correspondente ampliação do BPE, gerando distorções na carreira, filas para Dedicação Exclusiva, desigualdade salarial entre docentes que exercem as mesmas atribuições e intensificação da precarização do trabalho docente.

A ausência da Dedicação Exclusiva provoca impactos profundos. Docentes chegam a receber até 50% menos que colegas com as mesmas responsabilidades e carga de trabalho, sendo levados a manter múltiplos vínculos empregatícios para garantir renda compatível com o custo de vida local. Essa realidade compromete não apenas a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também a qualidade do ensino ofertado à sociedade.

Diante desse cenário, o SINASEFE encaminhou à Setec-MEC o Ofício nº 4/2026, solicitando a realização de uma reunião, em caráter urgente, para tratar da ampliação do Banco de Professor Equivalente e da garantia da Dedicação Exclusiva aos docentes que hoje aguardam esse direito.

O objetivo dessa iniciativa é buscar uma solução concreta, não apenas para o Colégio Pedro II, mas também para enfrentar um problema estrutural que afeta a Rede Federal como um todo. Informar, mobilizar e pressionar são passos fundamentais para garantir o respeito à carreira docente e às condições de trabalho na educação pública federal.

Assembleia dos servidores do IFB

Na última quinta-feira (15/01) foi realizada virtualmente uma assembleia de base da seção sindical Brasília-DF, com a presença de 45 participantes. Pela Direção Nacional do SINASEFE, estiveram presentes David Coelho (plantonista e secretário-adjunto de formação política e relações sindicais) e Euza Raquel (secretária de políticas para as mulheres), que puderam contribuir com informes das mesas de negociações e explicações a respeito dos motivos que levaram o sindicato à aprovação do indicativo de greve no 37º CONSINASEFE, realizado em dezembro de 2025, no Rio de Janeiro-RJ.

O golpe do Governo Lula na proposta de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para o PCCTAE acabou dominando os debates, sendo visível a insatisfação dos presentes diante da ação do Governo Federal.

Outros pontos também foram abordados, como: a não publicação do Decreto liberando o ponto eletrônico dos docentes, a não publicação da nova Regulamentação da Atividade Docente (RAD), a retirada dos percentuais da carreira docente, a recusa do Governo Lula em cumprir a regularização das 30 horas para técnico-administrativos e o entrave no processo da racionalização de cargos do PCCTAE.

A assembleia aprovou paralisação da categoria no Instituto Federal de Brasília (IFB) no dia 19 de janeiro, data em que ocorrerá uma mesa de negociação entre SINASEFE, Fasubra, MEC e MGI, justamente para tratar do RSC dos TAEs. Além da paralisação, também foi aprovada uma manifestação na porta do MGI, com a presença das trabalhadoras e dos trabalhadores do IFB.

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação digital do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Fechamento desta edição às 18h03min de 16 de janeiro de 2026.

Textos sob responsabilidade de:

Andréia Pinsan
Secretária-adjunta de comunicação

David Coelho
Secretário-adjunto de formação política

Flávia Cândida
Coordenadora geral

Priscila Ferrari
Secretária de políticas educacionais e culturais

Coordenação de Comunicação:

Milena Silva
Secretária

Andréia Pinsan
Secretária-adjunta

Edição e Revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Scarlett Rocha

Contatos: dn@sinasefe.org.br e imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br